



JENNIFER AZAMBUJA DE MORAIS
ANA JULIA BONZANINI BERNARDI

Socialização política e as redes familiares e sociais: o papel da Internet na cultura política dos jovens no Sul do Brasil

Análise Social, LVI (2.º), 2021 (n.º 239), pp. 364-386
<https://doi.org/10.31447/AS00032573.2021239.08>
ISSN ONLINE 2182-2999



Socialização política e as redes familiares e sociais: o papel da Internet na cultura política dos jovens no Sul do Brasil. Os jovens brasileiros passam parte significativa do seu dia conectados à Internet e nas redes sociais, tanto para procurarem informação quanto para se entreterem, o que torna a Internet um agente socializador, assim como a família, a escola e demais meios de comunicação. O objetivo deste artigo é analisar o impacto da família e da utilização da Internet na internalização de valores democráticos por jovens do Sul do Brasil. A metodologia utilizada é quantitativa, através de análises descritivas dos dados da pesquisa desenvolvida pelo NUPESAL/UFRGS, que envolveu, em 2015-2016, 2035 jovens com idades compreendidas entre os 13 e os 24 anos das três capitais do Sul do Brasil (Porto Alegre, Florianópolis e Santa Catarina). As principais considerações indicam que a socialização política do jovem se dá não só através dos agentes tradicionais, como a família e a escola, mas também da Internet.

PALAVRAS-CHAVE: socialização política; Internet; família; cultura política; Brasil.

Political socialization and family and social networks: the role of Internet in the political culture of young people in southern Brazil. The Brazilian youth spends a significant part of their day connected to the Internet and their networks, both to seek information and to be entertained, which makes the Internet a socializing agent, just as family, school, and other media. The aim of this article is to analyze the impact of family and Internet use on the internalization of democratic values by young people in Southern Brazil. The methods used are quantitative, based on survey research and descriptive analysis of the data collected by NUPESAL/UFRGS, which involved, in 2015-2016, 2035 young people aged between 13 and 24 years old from the three capitals of the South of Brazil (Porto Alegre, Florianopolis, and Santa Catarina). The main results suggest that the political socialization of the youth is taking place not only by traditional agents, such as family and the school, but also by the Internet.

KEYWORDS: political socialization; Internet; family; political culture; Brazil.

JENNIFER AZAMBUJA DE MORAIS

ANA JULIA BONZANINI BERNARDI

Socialização política e as redes familiares e sociais: o papel da Internet na cultura política dos jovens no Sul do Brasil

INTRODUÇÃO

A Internet tem vindo a incorporar uma nova realidade nas atividades diárias dos cidadãos e nas suas relações familiares, principalmente, ao possibilitar diferentes formas de interação e participação social para aqueles que têm acesso e competência para utilizar a Internet (Recuero, 2012; Baquero e Morais, 2020). Tal cenário deu a oportunidade a esses cidadãos de expressarem publicamente as suas opiniões sobre política, uma vez que se criou mais espaço para falarem e discutirem por meio das redes sociais. Isto pode ter impacto na socialização política, que é a internalização das normas, tradições e valores políticos da sociedade (Almond e Verba, 1963; Baquero e Baquero, 2014). Sabemos que os principais agentes socializadores são a família, os amigos, os grupos associativos, a escola, os meios de comunicação e, atualmente, a Internet (Schmidt, 2001; Baquero, 2017; Morais, 2017). A materialização da Internet como um novo agente de socialização gera alterações, principalmente, na internalização de valores dos jovens, que ficam conectados muitas horas por dia, passando a ter no seu ambiente familiar dois agentes socializadores: os pais e as redes sociais (Owen, 2008; Parente, Swinarski e Noce, 2009; Morais, 2017).

A esse respeito, Wilhelm (2000, 2004) destaca que nível de rendimento salarial, educação, raça, etnia, idade, gênero, localização geográfica e composição familiar continuam a exercer papéis significativos na presença das pessoas *online*. Na mesma linha de análise, Putnam (2015), num estudo qualitativo, realizado com jovens norte-americanos, argumenta que ter igual acesso à Internet não significa que todos obtenham os mesmos benefícios. Ao estabelecer uma relação entre desigualdade de acesso e envolvimento político motivados pela Internet, Putnam (2015) identificou que, comparados aos mais pobres, os

jovens de classes mais altas (e seus pais) são mais propensos a utilizar a Internet quando se trata de empregos, educação, política e relações sociais, saúde e pesquisas gerais, e menos para entretenimento e lazer (Putnam, 2015). Assim, a Internet sozinha não seria capaz de aumentar a participação ou a filiação política, pois, segundo Putnam (2015), o ambiente familiar e os valores e crenças transmitidos pelos pais influenciam a forma como os jovens utilizam a Internet.

Nesse sentido, este artigo orienta-se pela seguinte pergunta de pesquisa: de que forma a família e a Internet contribuem para uma cultura política juvenil no Sul do Brasil? Assim, o objetivo é analisar, no caso brasileiro, a contribuição da família¹ e da utilização da Internet e de redes sociais para a internalização de valores democráticos por parte dos jovens. Inicialmente, em pesquisa anterior, argumentamos que as interpretações sobre o papel das novas tecnologias no estabelecimento de uma nova cultura política juvenil, mais ativa e assertiva, não estão consolidadas (Morais e Baquero, 2020). Pelo contrário, postulamos que ainda existe um caminho a percorrer para entender mais profundamente os efeitos dessas tecnologias nas atitudes e no comportamento político dos jovens no Brasil. Vamos mais longe e defendemos que a estruturação de uma cultura política da juventude depende, em grande parte, do contexto no qual essa questão é analisada – especialmente da materialização de uma estrutura que possibilite o pleno desenvolvimento do jovem –, geralmente, obtida dentro do ambiente familiar. A hipótese é a de que há uma reprodução de padrões de comportamento político tradicionais entre os jovens que continua muito semelhante ao das suas famílias, conforme o nível econômico (Putnam, 2015).

Este trabalho baseia-se em metodologia quantitativa para sistematizar tanto as teorias da cultura política e da socialização política, quanto os dados. Estes são resultado de inquérito por questionário, num estudo desenvolvido pelo Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NUPESAL/UFRGS) nos anos 2015-2016, e foi aplicado a 2035 jovens entre 13 e 24 anos² nas três capitais do Sul do Brasil, de escolas públicas e privadas do ensino médio. Dos jovens, 690 pertenciam à cidade de Porto Alegre/Rio Grande do Sul (2015), 571 à cidade de Florianópolis/Santa Catarina (2016) e 774 à cidade de Curitiba/Paraná (2016). O questionário continha 69 questões, no total, entre perguntas abertas e fechadas.

1 “Família” aqui compreendida como os pais dos jovens, visto que esta variável se encontra no banco de dados utilizado para as análises.

2 Inicialmente, a pesquisa adotou a definição de “jovem” da UNESCO, segundo a qual um jovem terá uma idade compreendida entre os 15 e os 24 anos (UNESCO, 2020). No entanto, no decorrer da pesquisa de campo encontrou-se um número significativo de alunos com 13 e 14 anos no 1.º ano do ensino médio, pelo que os coordenadores do estudo optaram por não os excluir dentro do entendimento de que também faziam parte do público escolhido.

A amostra de escolas e turmas desta pesquisa foi feita por estágios múltiplos³. Para determinar o tamanho da amostra, em escolas públicas e privadas nas três capitais do Sul do Brasil, foram seguidas as seguintes etapas: 1) Verificou-se junto das Secretarias de Educação das três cidades a listagem das Escolas Estaduais, Municipais, Federais e Privadas de Ensino Médio; 2) Determinou-se que seria aplicado um mínimo de 40 inquéritos por questionário por escola; para uma amostra de 600 indivíduos, seriam, portanto, necessárias, em média, 15 escolas.

De entre os 2035 jovens entrevistados, a média de idade foi de 16,6 anos, sendo que 51,4% se autoidentificou com o sexo masculino e 48,6% com o sexo feminino. Destes, 64,5% frequentavam escolas públicas e 35,3% escolas privadas. Sobre os seus padrões de uso da Internet, 96,2% afirmou ter Internet em casa, fazendo uso dela, em média, 9h por dia (NUPESAL, 2015/16). Assim, procuraremos relacionar características da socialização política dos jovens e a sua participação política em questões descritas no questionário, por meio de técnicas descritivas, fazendo análise de frequências e cruzamentos.

O artigo está dividido em cinco seções, aonde se inclui também esta introdução. Na próxima seção, intitulada “Cultura política juvenil”, discutimos sobre o conceito de cultura política e faremos uma contextualização da juventude no Brasil. A seguir, falamos sobre “Socialização política e família”, discutindo o impacto desse fenômeno no desenvolvimento do jovem, tendo como principal agente socializador a família. Na seção “A Internet como agente socializador”, analisamos se a apropriação da Internet e das redes sociais tem impacto na constituição de atitudes e comportamentos políticos. Ao longo destes tópicos, procuramos aliar a discussão teórica a análises quantitativas da pesquisa de NUPESAL (2015/2016), elaborando interconexões sobre o papel da família e da Internet no processo de socialização dos jovens brasileiros. Por fim, apresentamos as nossas considerações finais e uma projeção de estudos futuros.

CULTURA POLÍTICA JUVENIL

Percebe-se que o processo de democratização do Brasil, após o fim do regime autoritário, se caracteriza pela incongruência entre uma prática de democracia formal e a existência de desigualdade social (Baquero, 2001). Segundo o autor, frequentemente se constata, na bibliografia sobre a evolução do Estado no Brasil, “a influência de um passado de instabilidade política e econômica, bem como de um legado autoritário que tem obstaculizado a construção de

3 Ver mais em Sudman (1983).

uma cultura política verdadeiramente democrática no país” (Baquero, 2001, p. 75). Além disso, não se reestabeleceu uma sociedade civil participativa, ficando a cargo das regras do jogo político o bom desempenho institucional para garantir uma democracia de qualidade. Porém, o enfraquecimento das instituições políticas, como os partidos políticos e o próprio Estado, tem contribuído para a fragilidade da democracia no país, e também para o baixo interesse por assuntos políticos, para a baixa participação política dos cidadãos e para os baixos níveis de confiança nas instituições, fomentado o cinismo, o individualismo, a corrupção, o clientelismo, o personalismo e o patrimonialismo (Baquero, 2008).

Segundo Moisés (1995, p. 105), a cultura política brasileira tem sido descrita como um conjunto rígido de padrões político-culturais, dotado de forte capacidade de continuidade, “combinando traços herdados das raízes ‘ibéricas’ do país – isto é, um sistema de valores autoritários, hierárquicos e plebiscitários – com componentes ‘estadistas’ e antiliberais resultantes do processo de formação do Estado”. Para Moisés (1995) e Baquero (2013), essas tradições da cultura política são bem conhecidas: clientelismo, populismo, atitude deferencial diante das autoridades, manipulação, apatia política e, por último, antipartidarismo e anti-institucionalismo.

No contexto do Sul do país, alguns trabalhos indicaram que a cultura política é de carácter apático, ou seja, a população apresenta baixo interesse pela política, baixos níveis de participação política e baixa confiança nas instituições políticas, o que se expressa em valores que não favorecem a consolidação da democracia (Baquero e Castro, 1996; Nazzari, 2005; Birkner, 2006; Baquero e Prá, 2007; Neuenfeld, 2008; Ribeiro e Borba, 2011).

Essas características têm-se mantido nas gerações atuais por meio do processo de socialização política (Nazzari, 2005; Roballo, 2011; Bernardi, 2017; Morais, 2017; Morais e Baquero, 2018). Os jovens apresentam uma cultura política híbrida, conforme afirma Baquero (2008), capaz de apresentar valores favoráveis à democracia simultaneamente com a falta de interesse na política e a existência de valores autoritários, tais como preferência por um líder forte, intolerância para com os que pensam diferente e apoio difuso à democracia. Isso sugere que, apesar de em países desenvolvidos se assistir a um deslocamento de cidadãos leais para cidadãos assertivos (Dalton e Welzel, 2014), no Brasil, os jovens caminham ainda a passos lentos para essa realidade, na medida em que é evidente uma cultura política indiferente para com os valores democráticos, que não recebe incentivo para a formação de cidadãos mais críticos por parte das instituições.

Numa outra perspectiva sobre a participação política, autores apontam para o facto de que o não envolvimento da juventude em temas tradicionais

da política, como partidos e manifestações, não a caracteriza como passiva, mas como agarrada politicamente a níveis menos latentes (Ekman e Amña, 2012), ou como alter-ativista (Juris e Players, 2009), seja através da discussão com pares, seja através do envolvimento em ações coletivas que não são necessariamente deliberativas ou diretamente políticas (Farthing, 2010). Dentro desse contexto, é importante pensar nos níveis de capital social⁴ que, segundo Putnam (1996, p. 177), são as “práticas sociais, normas e relações de confiança que existem entre cidadãos numa determinada sociedade, bem como sistemas de participação e associação que estimulam a cooperação”. Assim, a partir das definições de Putnam (1996) e Baquero (2008), que não se centram apenas nas relações intragrupo (*bonding*), como também no capital social que diz respeito ao esforço das comunidades para estabelecerem uma comunicação horizontal com vista à resolução do dilema da ação coletiva (*bridging*), os jovens do Sul do país revelam uma dificuldade de associação e de interesse político, pois apresentam baixos níveis de participação política nas instituições formais (Nazzari, 2005; Roballo, 2011; Morais, 2017), o que compromete a constituição de uma cultura política participativa. No sentido formal e institucional, a participação política dos jovens é baixa, o que não significa que isso se reproduza noutras ações ou espaços coletivos, como apontado por Ekman e Amña (2012).

A partir desta abordagem mais formal e institucional da participação política, percebe-se que os jovens revelam características da cultura política similares às de gerações anteriores, pois neles se verifica altos níveis de apatia e desinteresse políticos, disseminação de ódio e intolerância política, em conjunto com baixos níveis de confiança interpessoal, confiança institucional e participação política (Lucas, 2003; Keil, 2004; Silveira e Amorim, 2005; Baquero e Cunha, 2010; Roballo, 2011; Morais e Baquero, 2020). É nesse contexto que tanto a família, por ser o primeiro espaço de aprendizagem política, quanto o uso da Internet se tornam relevantes, uma vez que estes são os principais agentes socializadores dos jovens, conforme demonstrado no quadro 1.

Como se pode observar, a família permanece o principal agente socializador. No entanto, percebe-se que a escola vai sendo substituída pela Internet como segundo agente socializador, o que gera uma socialização política

4 Sabemos que o conceito de capital social apresenta diferentes concetualizações (ver, por exemplo, Neves, 2013). Mas, para a análise aqui proposta, utilizamos a definição de Putnam (1996), analisando principalmente a participação institucional. Além disso, sabemos que a participação cívica e política tem um carácter multidimensional e não se esgota na esfera política tradicional (Ekman e Amña, 2012). No entanto, neste artigo o foco é a participação formal e institucional.

QUADRO 1

Principais agentes socializadores políticos (%)

	1.º lugar	2.º lugar
Família	39,7	15
Igreja	3	6,4
Escola	17,9	17,6
Amizades	2,7	9,7
Televisão	9,2	13
Rádio	0,8	3,3
Jornal impresso/Revista	7,2	10,5
Internet/Redes sociais	19,5	24,5
<i>Total</i>	<i>100</i>	<i>100</i>

n=2035

Fonte: NUPESAL, 2015-2016.

Questão do inquérito: “Na hora de formar uma opinião sobre assuntos políticos, quais das instituições abaixo você considera mais importante? Marque qual é a primeira e qual é a segunda mais importante.”

híbrida (Morais, 2017), pois os jovens reportam manter a família como principal agente tradicional enquanto se autossocializam pela Internet.

SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA E FAMÍLIA

A constituição de atitudes e comportamentos políticos é o resultado das vivências dos indivíduos na dimensão cultural da sociedade, por meio da socialização, principalmente através dos agentes socializadores como família, escola, igreja e meios de comunicação (Easton e Dennis, 1969; Almond e Powell, 1972). Este processo ocorre de maneira mais intensa na infância, por influência da família (Dawson e Prewitt, 1969), mas também continua na adolescência e vida adulta (Jennings e Niemi, 1974; Powell, Dalton e Strom 2015).

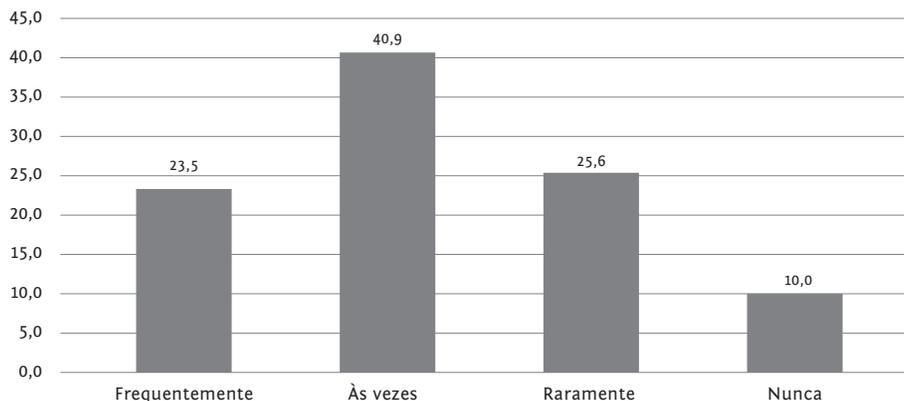
Para este artigo, adota-se a perspectiva de Easton e Dennis (1969), segundo a qual as consequências da socialização política estão relacionadas com o sistema político como um todo. Assim, utiliza-se o conceito de socialização política aplicado aos indivíduos, em particular, e na forma como estes interiorizam valores, normas e crenças na constituição de uma cultura política juvenil.⁵

5 Nas pesquisas sobre socialização no Brasil (Baquero, 1997; Schmidt, 2001; Lucas, 2003; Nazzari, 2005; Silveira e Amorim, 2005; Baquero e Baquero, 2007; Baquero e Cunha, 2010; Roballo, 2011; Morais e Baquero, 2020), os autores destacam que a socialização infantil é essencial para a constituição de atitudes políticas, mas as experiências cotidianas também podem afetar as atitudes durante toda a vida do indivíduo. Tais pesquisas constataram que uma →

Ao tratar do agente socializador família, é importante destacar que o papel central deste agente na formação da personalidade política do indivíduo deriva do seu papel como principal fonte e *locus* para a satisfação de todas as suas necessidades básicas e inatas (Davies, 1965; Schmidt, 2001; Martinez et al., 2013). A criança tende, portanto, a identificar-se com os pais e a adotar a perspectiva destes em relação ao sistema político. Os pais tornam-se a figura prototípica de autoridade e, assim, inicia a visão da criança sobre autoridade política (Costa, Teixeira e Gomes, 2000). Dessa forma, se os pais conversam com os filhos sobre política, o jovem tende a desenvolver um maior interesse em compreender como esta funciona, quem faz parte e quais são as consequências das decisões políticas. Conforme a figura 1, podemos observar que apenas 23,5% dos jovens conversam frequentemente com os pais sobre estes assuntos.

A família é um importante agente de transmissão de normas e valores (Davies, 1965; Slomczynski e Shabad, 1998; Verba, Burns e Schlozman, 2003; Campbell, 2006; Van Ditmars, 2017), visto que ela colabora na preservação do sistema de valores e da cultura de uma determinada sociedade (Mehmood e Rauf, 2018). Mehmood e Rauf (2018) argumentam que, quando a família tem

FIGURA 1
Conversa com os pais sobre assuntos políticos (%)



n=2035

Fonte: NUPESAL, 2015-2016.

parte significativa dos jovens brasileiros não simpatiza com nenhum partido político, não possui interesse na política, não participa e não confia de forma geral nas instituições políticas. Keil (2004) afirma que grande parte do desinteresse pelo campo político, atualmente, está na ausência ou inadequação da socialização política da criança e do jovem pela família, escola e partido político, o que resulta em ausência de valores políticos durante a formação do jovem brasileiro.

interesse por política e/ou participa de um partido político ou de outras instituições políticas, os jovens têm mais predisposição política para participar. De acordo com esses autores, as crianças e os jovens interiorizam uma boa imagem sobre os partidos políticos e os líderes que os pais seguem. A falta de uma conversa frequente com os pais sobre assuntos políticos pode estar a contribuir para a manutenção de um afastamento do jovem da política e dos partidos políticos, conforme apontado na secção anterior.

Além da família servir de exemplo ao jovem, também é importante destacar que existem estilos parentais diferentes⁶, gerando dimensões de responsividade⁷ e exigência⁸ parentais para com adolescentes (Darling e Steinberg 1993; Smetana, 1995). O que permite a classificação de quatro estilos de socialização parental, que são eles: autoritativo – alta exigência e responsividade; autoritário – alta exigência, baixa responsividade; indulgente – baixa exigência e alta responsividade; e negligente – baixa exigência e baixa responsividade (Costa, Teixeira e Gomes, 2000; Martínez et al., 2013). Costa, Teixeira e Gomes (2000), ao analisarem jovens da cidade de Porto Alegre, apontam a distribuição maioritária de estilos autoritativo (36,7%) e negligente (35,5%). Numa análise feita na cidade de Curitiba (Weber et al., 2004), encontraram resultados similares com um índice de 45,4% de estilo negligente e 32,2% autoritário.

A ausência de conversas frequentes sobre assuntos políticos com os pais e a apresentação por parte destes de estilos autoritativo e negligente levam à conclusão de que existe a reprodução de uma cultura política autoritária entre as gerações, marcada pelo afastamento do jovem da política, com baixo interesse e sem identificação partidária, conforme as figuras 2 e 3.

Mesmo os jovens que assumem que os seus pais possuem muito interesse por política (47,1%) ainda apresentam um baixo nível, apenas 21,8% tem muito interesse por assuntos políticos.

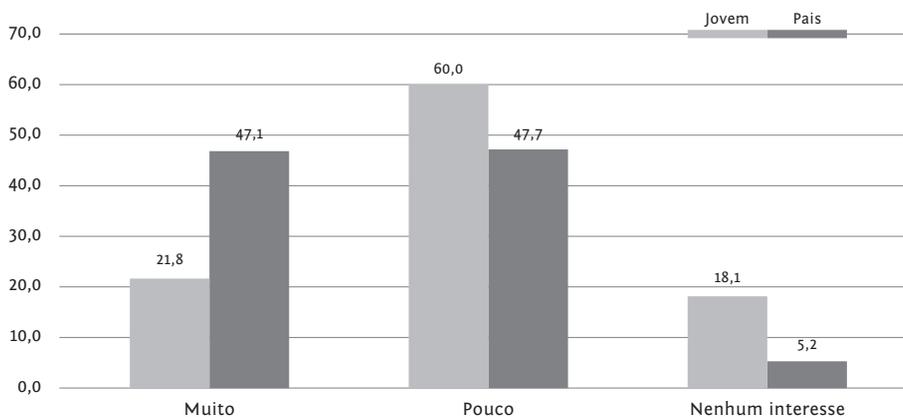
Na identificação partidária, os jovens reproduzem um padrão similar ao dos seus pais, pois em todos os casos mais de 72% não tem identificação partidária. Assim, segundo Mehmood e Rauf (2018), o jovem que não encontra na sua família participação política, e que de acordo com Costa, Teixeira e Gomes (2000) e Weber et al. (2004), parte de uma socialização autoritativa ou

6 Estilo parental é “o contexto no qual os pais derivam esforços para socializar seus filhos de acordo com suas crenças e valores” (Costa, Teixeira e Gomes, 2000, p. 466).

7 Refere-se às atitudes dos pais que favorecem laços emocionais positivos por meio da comunicação ativa e suporte para o desenvolvimento autónomo (Martínez et al., 2013; MacCobby e Martin, 1983).

8 Diz respeito ao estabelecimento de regras e limites nos jovens, com o objetivo de estabelecer controlo sobre o comportamento dos mesmos (Darling e Steinberg, 1993; Martínez et al., 2013).

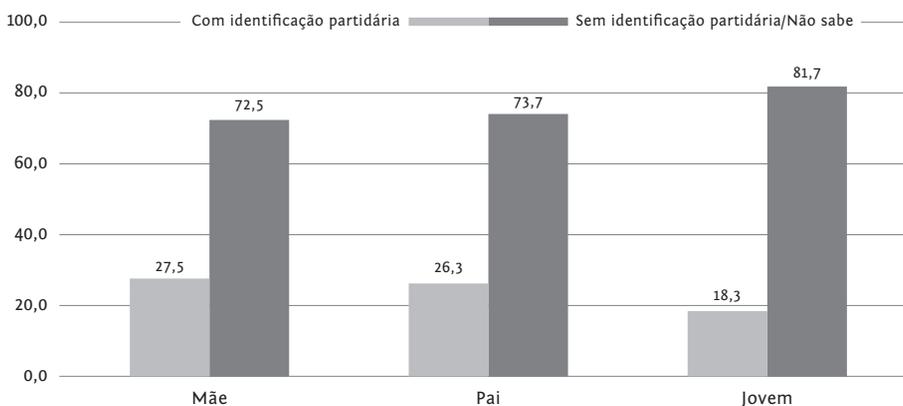
FIGURA 2
Interesse por política (%)



n=2035

Fonte: NUPESAL, 2015-2016.

FIGURA 3
Identificação política dos pais (%)



n=2035

Fonte: NUPESAL, 2015-2016.

negligente, também reproduz este comportamento. Além disso, estes números também refletem os baixos índices de confiança dos jovens nos partidos políticos, que não chegam a 1%. Concomitantemente, cerca de 38% dos jovens concordam com a afirmação “pessoas como as de minha família não têm nenhuma influência nas ações do Governo”, o que reforça o sentimento de afastamento do ambiente político e percepção de baixa responsividade do Governo.

É importante reforçar que, ao entrarem em idade escolar, a exposição aos familiares como principais agentes de socialização começa a diminuir, de forma que a escola⁹, amigos e Internet se tornam agentes muito importantes logo na infância e durante a maior parte da adolescência (Grossbart, Hughes e Yost, 2002; Anderson e McCabe, 2012). Por isso, a próxima secção trabalha com este processo de interiorização de atitudes e comportamentos também pela Internet e redes sociais.

A INTERNET COMO AGENTE SOCIALIZADOR

A percepção de que as novas tecnologias estão frequentemente associadas à mudança cultural, em especial, entre as crianças e os adolescentes, já era analisada desde o advento da televisão (Mead, 1970). Os jovens são inundados pelo desconhecido, por isso, os potenciais negativos e positivos desse contacto criam novas ambiguidades, complexidades, medos e expectativas que podem desencadear uma mudança social (Venkatesh e Vitalari, 1985). A revolução digital, a Internet e as redes sociais, além de provocarem essas mudanças, podem gerar também inversões significativas na hierarquia de conhecimento pai/mãe-filhos e professores-alunos. Pela primeira vez, em muitas famílias, os jovens podem ter mais experiência do que os pais sobre uma inovação central para a sociedade: os meios de comunicação digital (Grossbart et al., 2002; Anderson e McCabe, 2012).

Nesse sentido, Anderson e McCabe (2012) alertam para o facto de que a visão tradicional de socialização se encaixa no conceito de um mundo estruturado que socializa os que a ele vão chegando. No entanto, com a Internet, em vez de um mundo estruturado, um novo tipo de mundo se constrói, porque são os próprios jovens que se autossocializam (Anderson e McCabe, 2012). Na mesma direção, Paletz, Owen e Cook (2016) consideram a Internet um agente potencialmente poderoso de socialização política por causa da grande quantidade de informação política disponível *online* e por as pessoas se envolverem ativamente nas plataformas online. Os autores afirmam que os jovens usam os meios de comunicação social para criar comunidades *online* colaborativas que organizam as causas políticas, pressionam o Governo e fazem campanha para candidatos. Todas estas atividades

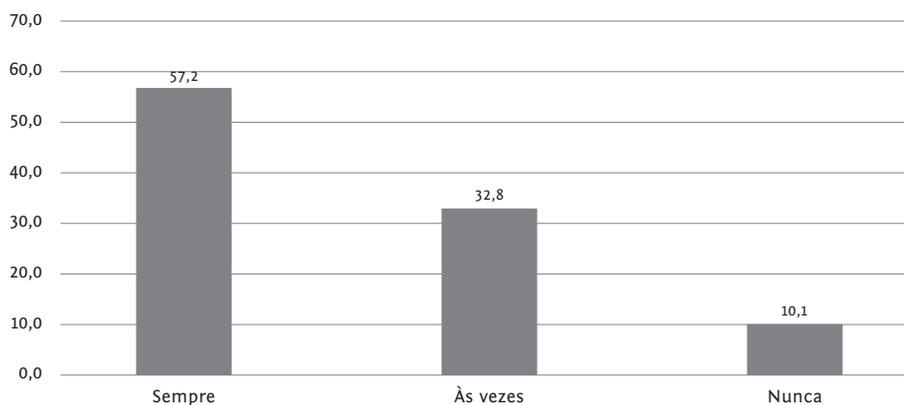
9 Infelizmente, nas escolas de todo o Brasil, encontram-se diferenças na qualidade de ensino, uma vez que as escolas de educação pública (que representam mais de 70% das matrículas de ensino médio no país) têm uma qualidade inferior à das escolas privadas (Zorzi, 2016), de forma que os jovens encontram uma nova barreira para a sua formação como cidadãos ativos, reforçada pela desigualdade social (Bernardi, 2020).

contribuem para a socialização de cidadãos comprometidos (Paletz, Owen e Cook, 2016).

Para confirmar o que os autores acima afirmam, as figuras 4 e 5 demonstram que os jovens estão a utilizar a Internet como meio para se informarem sobre assuntos políticos, apresentando uma confiança moderada neste meio.

Conforme os dados acima, percebe-se que os jovens recorrem mais à Internet como fonte de informação política (57,2% indicam “sempre”) do que conversam sobre assuntos políticos com os pais (23,5% indicam “frequentemente”),

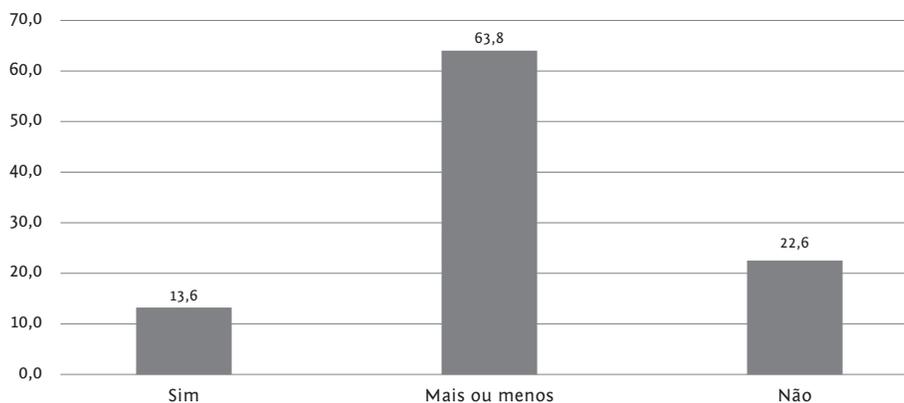
FIGURA 4
Internet como meio de informação política (%)



n=2035

Fonte: NUPESAL, 2015-2016.

FIGURA 5
Confiança nas informações políticas veiculadas pela Internet (%)



n=2035

Fonte: NUPESAL, 2015-2016.

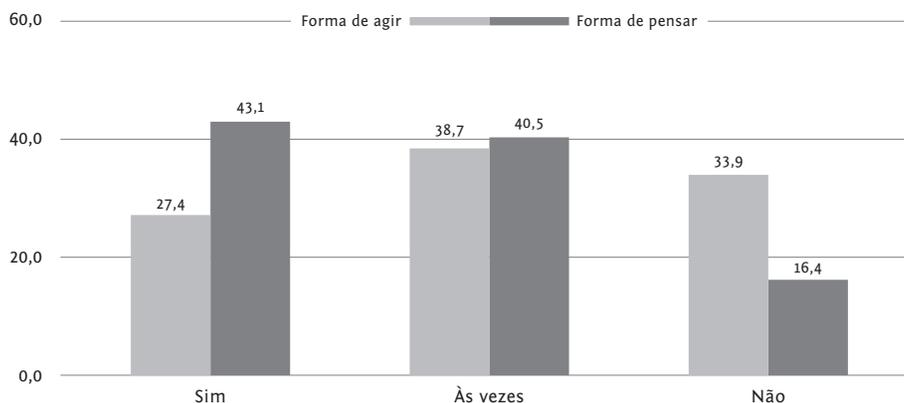
conforme visto na figura 1. Estes dados demonstram o processo de autossociação das novas gerações, como apontado por Anderson e McCabe (2012). No entanto, apesar de procurarem informações políticas na Internet, os jovens não revelam muita confiança nestas: conforme a figura 5, apenas 13,6% indica confiar.

No entanto, mesmo não confiando nas informações veiculadas, os jovens confirmam que a Internet tem impacto na forma como agem (66,1% indica que isso se dá “sempre” ou “às vezes”) e pensam (83,6% indica “sempre” e “às vezes”), conforme a Figura 6.

Para Smith, Hewitt e Skrbiš (2015), essa socialização pela Internet envolve três processos relacionados: (1) os jovens internalizam valores específicos de status sobre o que constitui um uso benéfico e de aumento de capital de terceiros influentes (por exemplo, pais, irmãos, professores e colegas); (2) estes valores são reforçados por mecanismos (por exemplo, normas, regras e expectativas) que recompensam certas utilizações e marginalizam outras; e (3) isso diferencia ainda mais o acesso aos recursos económico, social, cultural e tecnológico esperados por parte dos jovens quando acedem à Internet. Com relação ao primeiro processo, algumas informações foram apresentadas na secção anterior sobre os pais, constando que os jovens estão a replicar atitudes e comportamentos dos pais.

Em relação aos valores reforçados, é importante destacar que os jovens também aprendem a avaliar os benefícios e os custos da utilização da Internet por meio da experimentação de diferentes usos, além de experimentarem os seus resultados em contextos variados. A natureza ubíqua e multifuncional da

FIGURA 6
A influência da Internet na forma de agir e pensar (%)



n=2035

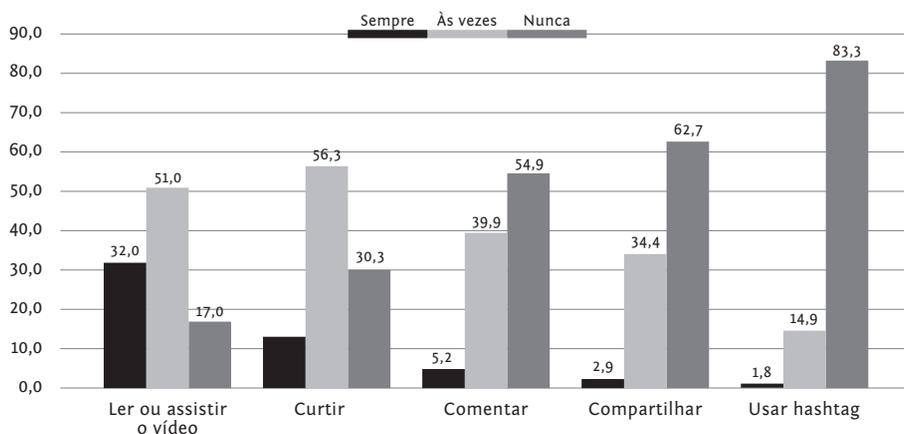
Fonte: NUPESAL, 2015-2016.

utilização da Internet torna difícil situar juízos de valor em relação a qualquer discurso ou contexto. Em vez disso, os utilizadores ajustam os seus pontos de vista sobre a “função” de uma tecnologia com base nas suas experiências de usos anteriores. O que contribui para este processo de autossocialização, a partir da procura de conteúdos e da adaptação a cada nova experiência.

Pelos dados da figura 7, é possível verificar que 83% dos jovens leem publicações e assistem a vídeos “sempre” ou “às vezes” sobre assuntos políticos, e 69,6% gosta de publicações sobre estes assuntos. No entanto, quando se trata de interagir de uma forma mais ativa, como comentar a publicação, compartilhar ou usar *hashtag*¹⁰, os jovens não o fazem: 54,9% indicou que nunca comenta, enquanto 62,7% respondeu nunca compartilhar, o que evidencia que mais de metade dos jovens não tem interesse nas ações sobre as quais precisam de emitir uma opinião ou compartilhá-la. Tal fica mais evidente quando 83,3% dos jovens respondem que nunca usam *hashtag*.

FIGURA 7

Comportamento dos jovens quando amigos publicam sobre assuntos políticos (%)



n=2035

Fonte: NUPESAL, 2015-2016.

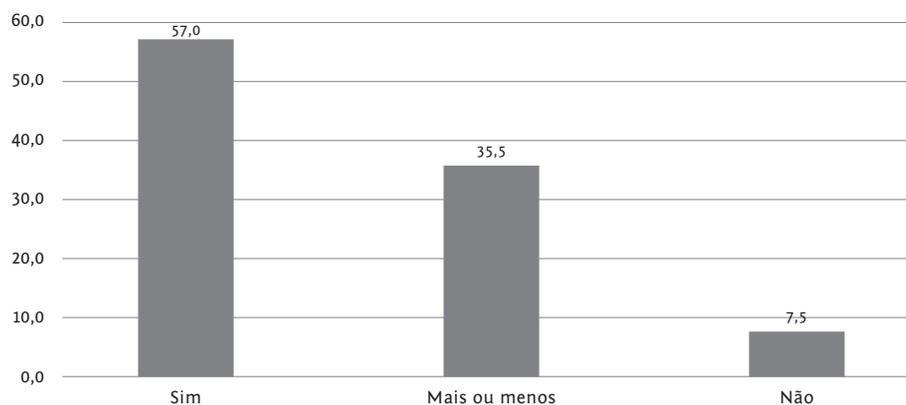
10 A *hashtag* é uma etiqueta, simbolizada por #. É uma maneira de catalogar mensagens por temática e facilmente organizar a informação. Essas etiquetas surgem como hiperligações, que, após serem clicadas, mandam o utilizador para uma listagem onde pode ver outras publicações que utilizaram a mesma *hashtag*. Assim, é possível acompanhar em tempo real as conversas/mensagens que estão a ser publicadas sobre uma mesma temática. É possível ainda identificar as tendências do momento ou agentes de interesse que o utilizador quer seguir. É uma ferramenta útil para quem está a gerir a presença de uma marca nas redes sociais, a contactar com outras visões sobre o tema e, também, para passar a aparecer nestas listagens e, deste modo, aumentar o alcance das suas publicações, assim como para fazer parte de um grupo com o mesmo posicionamento.

Nesse sentido, o processo de socialização estaria, presentemente, a ocorrer num número de circunstâncias diferentes, nas quais a Internet aparece como mecanismo de um novo tipo de socialização política. Ao aumentar a comunicação, possibilitando a união de grupos e indivíduos diferentes que até ao momento talvez nunca tenham tido contacto, a Internet possibilita aos jovens assumir comportamentos de natureza social e política de seu interesse, constituindo-se como uma oportunidade de aumento da participação política dos jovens (Morais, 2017). Nesse sentido, conforme a Figura 8, mais de 90% dos jovens entrevistados indicam acreditar que as redes sociais podem ser instrumentos de participação política.

Percebe-se que a Internet está cada vez mais presente no dia-a-dia dos jovens, tornando-se um agente socializador igualmente muito presente no processo de interiorização de valores. Juntamente com a família, que é um agente socializador tradicional, a Internet tem vindo, mais do que a escola, a ocupar espaço nas aprendizagens dos jovens. A partir destes dois agentes, destaca-se o terceiro processo apontado por Smith, Hewitt e Skrbiš (2015), sobre recursos económicos.

Com o objetivo de diferenciar ainda mais o acesso aos recursos, duas pesquisas apontam a relação direta entre o poder económico da família e o uso da Internet por parte dos jovens (Angus, Snyder e Sutherland-Smith, 2004; Putnam, 2015). A primeira, uma pesquisa qualitativa com jovens australianos, permitiu a Angus, Snyder e Sutherland-Smith (2004) constatar que, em casa e na escola, o uso da Internet é reforçado pelos laços estreitos entre os pais com maior capital económico ou cultural.

FIGURA 8
Internet como instrumento de participação política (%)



n=2035

Fonte: NUPESAL, 2015-2016.

A segunda pesquisa, também qualitativa, realizada com jovens norte-americanos, levou Putnam (2015) a argumentar que o acesso igual à Internet não garante que todos ganhem benefícios iguais, pois existe uma carência de conhecimento digital por parte das crianças de classes mais baixas, principalmente, no que diz respeito a mais oportunidades de estudo e de trabalho. Para Putnam (2015), pelo menos neste ponto da sua evolução, é mais provável que a Internet venha reforçar a falta de oportunidades do que diluí-la. Além disso, quando se estabelece a relação entre desigualdade de acesso e envolvimento político motivados pela Internet, Putnam (2015) identificou que o uso da Internet se dá de formas diferentes entre jovens de classe média, que a usam para se colocar no mercado de trabalho, e jovens de classe baixa, que a usam mais para entretenimento.

Conforme os dados do quadro 2, na qual apresentamos o cruzamento entre salário (como proxy de classe social) e motivação do uso da Internet (como proxy de apropriação do uso da Internet), temos de concordar com Putnam (2015): os jovens de famílias com rendimentos inferiores a 3 e 4 salários mínimos usam a Internet mais para entretenimento, enquanto os jovens de famílias com rendimentos superior a 5 salários mínimos a usam para ambos os fins. Além disso, o qui-quadrado é significativo, o que aponta para uma relação significativa entre rendimento salarial e motivação para usar a Internet.

Este resultado mostra o quanto a família e o contexto do jovem estão presentes na interiorização de atitudes e comportamentos, pois mesmo com o advento da Internet o jovem projeta o que adquire dos seus pais no uso da Internet. Mesmo assim, o processo de autossocialização pode ser considerado uma mudança positiva, por permitir que o jovem procure adquirir conhecimento de forma autónoma, como apontado por Paletz, Owen e Cook (2016), mas também negativa, visto que a Internet propicia uma seletividade dos conteúdos, podendo formar jovens mais intolerantes e sem conhecimento

QUADRO 2

Rendimento salarial x motivação de uso da Internet (%)

	Até um SM*	De 1 a 2 SM	De 3 a 4 SM	Mais de 5 SM
Entretenimento	46,4	38,7	33,6	28,1
Informação	17,4	8,5	7,3	4,8
Ambos	36,2	52,8	59,0	67,2
<i>Total</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>

n=2035

Qui-quadrado = 0,0033

* Salário Mínimo = Entre R\$788 (2015) e R\$880,00 (2016)

Fonte: NUPESAL, 2015-2016.

sobre os assuntos que não lhes interessam, como a própria política (Morais e Baquero, 2020). Por isso, são essenciais estudos sobre a socialização política na era digital, para que seja possível ter mais clareza quanto ao impacto do uso da Internet na constituição de uma cultura política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios que se colocam para os jovens nos tempos atuais configuram-se como inseguranças sobre as próximas etapas tanto no âmbito pessoal quanto no âmbito político. É neste contexto de incerteza sobre o futuro que os jovens estão a adquirir valores, crenças, atitudes e comportamentos políticos. A partir deste ponto, o artigo analisa, no caso brasileiro, a contribuição da família e da utilização das redes sociais para a construção de uma cultura política dos jovens do Sul do Brasil. Neste sentido, o trabalho revela dados inéditos sobre esta região.

Os dados apresentados indicam que a família permanece como principal agente socializador neste processo de socialização política. No entanto, a Internet está a ganhar terreno para ser o segundo agente socializador, tomando o lugar da escola neste processo. Neste sentido, a socialização política dos jovens é um processo híbrido, no qual o jovem interioriza valores através de um agente socializador tradicional, a família, e se autossocializa recorrendo a um novo agente, a Internet, em consonância com a pesquisa de Moraes (2017).

Os resultados encontrados não são diferentes dos dados apresentados nas últimas duas décadas (Baquero, 1997; Nazzari, 2005; Roballo, 2011), segundo os quais o jovem permanece apático e desinteressado relativamente à política. Mesmo com o surgimento da Internet, esta realidade não teve muitas alterações. Com estes dados, é possível contradizer a perspectiva otimista de Norris (2001) de que a Internet seria um instrumento de captação da população. A Internet e as redes sociais, até ao momento, não estão a servir de motores de adesão, nem a destruir o capital social, como afirmou Putnam (2000). A Internet está a contribuir, sim, para que os valores das gerações anteriores se mantenham, analisadas aqui através dos pais.

Os padrões de cultura política permanecem similares aos apresentados por Moisés (1995) e Baquero (1997), indicando que a transmissão de valores é feita pela família, em especial pelos pais, e também que a Internet ainda não alterou, nem positivamente nem negativamente, este processo de constituição de uma cultura política¹¹. A literatura ainda apresenta uma lacuna sobre os efeitos

11 Importa ressaltar que analisamos variáveis considerando a formação de uma cultura política no âmbito da participação política tradicional, tais como confiança nas instituições →

deste processo de autossocialização dos jovens através da Internet, motivo pelo qual se encontra em curso mais uma fase da pesquisa realizada pelo NUPE-SAL, para que possa ser monitorada a constituição de cultura política nas gerações mais novas. Neste artigo, centramos a nossa análise num formato mais descritivo para expor o estado da arte da cultura política juvenil destes jovens, não nos detendo em estabelecer relações causais, mas sim em descrever os dados encontrados. Em trabalhos futuros, procuraremos avançar no estudo, de modo que possamos trazer maiores inferências sobre as relações dos jovens com a Internet e as suas famílias. Além disso, foi realizada, no final de 2019, mais uma fase desta pesquisa com jovens no Sul do Brasil, que nos ajudará a compreender mais aprofundadamente as suas atitudes e comportamentos.

tradicionais, interesse por política e relação/identificação com partidos políticos não esgotando as múltiplas possibilidades de envolvimento cívico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMOND, G., VERBA, S. (1963), *The Civic Culture*, Princeton, Princeton University Press.
- ANDERSON, L., MCCABE, D. (2012), "A coconstructed world: adolescent self-socialization on the Internet". *Journal of Public Policy & Marketing*, 31(2), pp. 240-253.
- ANGUS, L., SNYDER, L., SUTHERLAND-SMITH, W. (2004), "ICT and educational (dis)advantage: Families, computers and contemporary social educational inequalities". *British Journal of Sociology of Education*, 25(1), pp. 3-18.
- BAQUERO, M. (1997), "O papel dos adolescentes no processo de construção democrática no Brasil: um estudo preliminar de socialização política". *Cadernos de Ciência Política*, 8, pp. 3-34.
- BAQUERO, M. (2001), *A Vulnerabilidade dos Partidos Políticos e a Crise da Democracia na América Latina*, Porto Alegre, UFRGS.
- BAQUERO, M. (2008), "Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil". *Opinião Pública*, 14(2), pp. 16-32.
- BAQUERO, M. (2013), *Qual Democracia para a América Latina?*, Porto Alegre, UFRGS.
- BAQUERO, M. (2017), "Internet, political socialization, and youth's political culture in the south of Brazil". *Open Access Library Journal*, 4(4062), pp. 1-21.
- BAQUERO, M., BAQUERO, R. V. A. (2007), "Educação para a democracia: valores democráticos compartilhados por jovens porto-alegrenses". *Ciências Sociais em Perspectiva*, 6(11), pp. 139-153.
- BAQUERO, M., BAQUERO, R. V. A. (2014), "Formação cidadã dos jovens no contexto de um regime democrático híbrido". *Revista Debates*, 8(2), pp. 50-82.
- BAQUERO, M., CASTRO, H. (1996), "A erosão das bases democráticas: um estudo de cultura política". In M. Baquero (org.), *Partidos, Democracia e Cultura Política*, Porto Alegre, UFRGS.
- BAQUERO, M., CUNHA, P. (2010), "A corrupção como limite à participação política juvenil: um estudo em democracias sul-americanas". In R. Baquero, R. K. Nazzari (orgs.), *Formas de (ex) Pressão Juvenil e (In)visibilidade Social*, Cascavel, Coluna do Saber, pp. 55-78.
- BAQUERO, M., PRÁ, J. R. (2007), *A Democracia Brasileira e a Cultura Política no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, UFRGS.
- BERNARDI, A. J. B., (2017), *Competência Cívica em uma Democracia Desigual: Analisando o Impacto dos Investimentos Educacionais na Cultura Política Juvenil Porto-alegrense entre 2002 e 2015*. Dissertação de mestrado, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- BERNARDI, A. J. B., (2020), "The impact of educational policies on the process of building civic competence among young people in Porto Alegre public schools (2002-2015)". In M. Baquero (ed.), *The Youth and the Challenges for Building Democracy in Brazil*, Porto Alegre, Escritos, pp. 165-195.
- BIRKNER, W. M. K. (2006), *Capital Social em Santa Catarina: o Caso dos Fóruns de Desenvolvimento Regional*, Blumenau, EdUFurb.
- BLANCAFORT, S. (2012), *Competencia cívica y actitudes hacia el Estado del Bienestar: La opinión pública de los ciudadanos españoles*. Tese de doutoramento, Barcelona, Universitat Autònoma de Barcelona.
- BOURDIEU, P. (1986), "The forms of capital". In J. Richardson (ed.), *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*, Nova Iorque, Greenwood Press, pp. 241-258.
- CAMINO, L. (1996), "A socialização política: Uma análise em termos de participação social". In L. Camino, P. R. Menandro (eds.), *A Sociedade na Perspectiva da Psicologia: Questões Teóricas e Metodológicas*, Rio de Janeiro, ANPEP, pp. 14-36.

- CAMPBELL, D. (2006), *Why We Vote: How Schools and Communities Shape our Civic Life*, Princeton, Princeton University Press.
- COSTA, F. T., TEIXEIRA, M. A. P., GOMES, W. B. (2000), "Responsividade e exigências: duas escalas para avaliar estilos parentais". *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13(3), pp. 465-473.
- DALTON, R., WELZEL, C. (2014), "Political culture and value change". In R. Dalton, C. Welzel (orgs.), *The Civic Culture Transformed*, Cambridge, Cambridge University Press.
- DARLING, N., STEINBERG, L. (1993), "Parenting style as context: an integrative model". *Psychological Bulletin*, 113(3), pp. 487-496.
- DAVIES, J. (1965), "The family's role in political socialization". In *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 361, Political Socialization: Its Role in the Political Process, pp. 10-19.
- DAWSON, R., PREWITT, K. (1969), *Political Socialization*, Boston, Little, Brown & Company.
- EASTON, D., DENNIS, J. (1969), *Children in Political System: Origins of Political Legitimacy*, Nova Iorque, McGraw-Hill.
- EKMÁN, J., AMNÅ, E. (2012), "Political participation and civic engagement: towards a new typology". *Human Affairs*, 22(3), pp. 283-300. DOI: 10.2478/s13374-012-0024-1.
- FAORO, R. (1979), *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*, Porto Alegre, Editora Globo.
- FARTHING, R. (2010), "The politics of youthful antipolitics: representing the 'Issue' of youth participation in politics". *Journal of Youth Studies*, 13(2), pp. 181-195. DOI: 10.1080/13676260903233696.
- FINKEL, E. S. (2000), "Civic education and the mobilization of political participation in developing democracies". Paper prepared for the conference, *Political Participation: Building a Research Agenda*, October 12-14, Princeton University.
- FINKEL, S., ERNST, H. (2005), "Civic education in post-apartheid south africa: alternative paths to the development of political knowledge and democratic values". *Political Psychology*, 26(3), pp. 333-364.
- FUKS, M. (2012), "Atitudes, cognição e participação política: padrões de influência dos ambientes de socialização sobre o perfil político dos jovens". *Opinião Pública*, 18(1), pp. 88-108.
- GROSSBART, S. et al. (2002), "Socialization aspects of parents, children, and the Internet". *Advances in Consumer Research*, 29, pp. 66-70. Disponível em <http://www.acrwebsite.org/volume/s/8559/volumes/v29/NA-29> [consultado em 03-10-2015].
- HESS, R., TORNEY, J. (1967), *The Development of Political Attitudes in Children*, Garden City, NY, Doubleday.
- HOSKINS, B. (2006), *Draft Framework for Indicators on Active Citizenship*, Ispra, European Comision. Disponível em <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.132.1723&rep=rep1&type=pdf> [consultado em 27-11-2016].
- HOSKINS, B. et al. (2008), *Measuring Civic Competence in Europe: A Composite Indicator based on IEA Civic Education Study 1999 for 14 Years Old in School*, Italy, Ispra, European Comision. Disponível em http://publications.jrc.ec.europa.eu/repository/bitstream/JRC42904/bryonycci_jrc42904_final.pdf [consultado em 27-11-2016].
- HYMAN, H. (1959), *Political Socialization*, Nova Iorque, Free Press.
- JENNINGS, M. K., NIEMI, R. (1974), *The Political Character of Adolescents*, Princeton, Princeton University Press.
- JURIS, J. S., PLEYERS, G. H. (2009), "Alter-activism: emerging cultures of participation among young global justice activists." *Journal of Youth Studies*, 12(1), pp. 57-75.

- KEIL, I. (2004), “Dos jovens contestadores aos jovens de hoje: uma nova forma de participação na pólis?”. In M. Baquero (org.), *Democracia, Juventude e Capital Social no Brasil*, Porto Alegre, UFRGS, pp. 36-53.
- LEAL, V. N. (1983), *Coronelismo, Enxada e Voto: O Município e o Regime Representativo no Brasil*, São Paulo, Alfa Omega.
- LUCAS, J. I. P. (2003), *Juventude e Antipolítica no Brasil. Um Estudo de Cultura Política e Ideologia*. Tese de doutoramento, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- MACCOBY, E., MARTIN, J. (1983), “Socialization in the context of the family: parent-child interaction”. In E. M. Hetherington (ed.), P. H. Mussen (series ed.), *Handbook of Child Psychology*, vol. 4. *Socialization, Personality, and Social Development*, Nova Iorque, Wiley, pp. 1-101.
- MARTÍNEZ, I. et al. (2013), “Family socialization in Brazil”. In H. Selin (ed.), *Parenting Across Cultures*, Cuenca, Spain, Springer, pp. 293-306.
- MEAD, M. (1970), *Culture and Commitment: A Study of the Generation Gap*, Nova Iorque, Natural History Press/Doubleday & Company, Inc.
- MEHMOOD, W., RAUF, A. (2018), “Family, politics and socialization: a case study of Jamaat-I-Islami in Dir (KP)”. *Journal of Social Sciences*, 12(1), pp. 138-148.
- MERELMAN, R. (1980), “The family and political socialization: toward a theory of exchange”. *The Journal of Politics*, 42(2), pp. 461-486.
- MOISÉS, J. Á. (1995), *Os Brasileiros e a Democracia. Bases Socio-políticas da Legitimidade Democrática*, São Paulo, Ática.
- MORAIS, J. A. (2017), *Cultura Política e Capital Social: os Efeitos do Uso da Internet na Socialização de Jovens no Sul do Brasil*. Tese de doutoramento, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- MORAIS, J. A., BAQUERO, M. (2020), “Rise and institutionalization of political intolerance as a political value in a hybrid culture”. In M. Baquero (ed.), *The youth and the Challenges for Building Democracy in Brazil*, Porto Alegre, Escritos, pp. 57-83.
- MUSIAL, K., KAZIENKO, P. (2011), “Social networks on the Internet”. *World Wide Web*, 16(1), pp. 31-72.
- NAZZARI, R. K. (2005), “Capital social e socialização política dos jovens no Brasil”. *Educação Unisinos*, 9(2), pp. 145-154.
- NEUENFELD, D. R. (2008), *Capital Social e Desenvolvimento: um Estudo Exploratório a partir da Dimensão Confiança e do Índice de Desenvolvimento Humano*. Dissertação de mestrado, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina.
- NEVES, B. B. (2013), “Social capital and Internet use: the irrelevant, the bad, and the good”. *Sociology Compass*, 7(8), pp. 599-611.
- NORRIS, P. (2001), *Digital Divide: Civic Engagement, Information Poverty, and the Internet Worldwide*, Cambridge, Cambridge University Press.
- NUPESAL (2002), *Banco de Dados: Pesquisa com Jovens em Porto Alegre*.
- NUPESAL (2015/2016), *Banco de Dados: Democracia, Mídias e Capital Social: Um Estudo Comparativo de Socialização Política dos Jovens no Sul do Brasil (Porto Alegre (2015), Florianópolis (2016) e Curitiba (2016))*.
- OWEN, D. (2008), “Political socialization in the twenty-first century: recommendations for researchers”. Paper prepared for the conference, *The Future of Civic Education in the 21st Century*, James Madison’s Montpelier, Orange County, Virginia, pp. 21-26.
- PALETZ, D., OWEN, D., COOK, T. (2016), *21st Century American Government and Politics*. Disponível em <http://2012books.lardbucket.org/pdfs/21st-century-american-government-and-politics.pdf> [consultado em 20-07-2016].

- PARENTE, D., SWINARSKI, M., NOCE, K. (2009), "Socialization to the Internet: who is teaching our children?". *International Journal of Management & Information Systems*, 13(2), pp. 11-20.
- PHILLIPS, D. (2008), "Social inclusion, social exclusion and social cohesion: tensions in a postindustrial world". *Hong Kong Journal of Social Work*, 42(1/2), pp. 03-31.
- POWELL, B., DALTON, R., STROM, K. (2015), *Comparative Politics Today: A World View*, Nova Iorque, Pearson Higher Ed.
- PUTNAM, R. (2000), "Bowling alone: America's declining social capital". In L. Crothers, C. Lockhart, *Culture and Politics*, Nova Iorque, Palgrave Macmillan, pp. 223-234.
- PUTNAM, R. (2005), *Comunidade e Democracia: a Experiência da Itália Moderna*, Rio de Janeiro, FGV.
- PUTNAM, R. (2015), *Our Kids. The American Dream in Crisis*, Nova Iorque, Simon & Schuster.
- RECUERO, R. (2012), "O capital social em rede: como as redes sociais na internet estão gerando novas formas de capital social". *Contemporânea, Comunicação e Cultura*, 10(3), pp. 597-617.
- RIBEIRO, E., BORBA, J. (2011), "As dimensões da participação política no Brasil". *Teoria & Pesquisa*, 20(2), p. 11-36.
- ROBALLO, J. H. (2011), *Cultura Política, Socialização Política e Internet: um Estudo de Caso com os Estudantes de Ensino Médio de Rio Pardo/RS*. Dissertação de mestrado, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- ROGERS, E. (2003), *Diffusion of Innovations*, Nova Iorque, Free Press.
- SCHMIDT, J. P. (2001), *Juventude e Política no Brasil: a Socialização Política nos Jovens na Virada do Milênio*, Santa Cruz do Sul, EDUNISC.
- SILVEIRA, A., AMORIM, M. S. (2005), "Socialização política e capital social: uma análise da participação da juventude no contexto escolar e político". *Educação Unisinos*, 9(2), pp. 155-163.
- SLOMCZYNSKI, K., SHABAD, G. (1998), "Can support for democracy and the market be learned in school? A natural experiment in post-communist Poland". *Political Psychology*, 19(4), pp. 749-779.
- SMETANA, J. G. (1995), "Parenting styles and conceptions of parental authority during adolescence". *Child Development*, 66(2), pp. 299-316.
- SMITH, J., HEWITT, B., SKRBIŠ, Z. (2015), "Digital socialization: young people's changing value orientations towards Internet use between adolescence and early adulthood". *Information, Communication & Society*, 18(9), pp. 1022-1038.
- SUDMAN, S. (1983). "Applied sampling". In P. H. Rossi, J. D. Wright, A. B. Anderson (orgs.), *Handbook of Survey Research*. Orlando, FL, Academic Press, pp. 145-194.
- UNESCO (2014). *What do We Mean by "Youth"?*. Disponível em <https://en.unesco.org/youth> [consultado em 22-10-2020].
- VAN DITMARS, M. M. (2017), *Family and Politics: the Enduring Influence of the Parental Home in the Development and Transmission of Political Ideology*. Tese de doutoramento, Florença, European University Institute.
- VENKATESH, A., VITALARI, N. (1985), "Households and technology: the case of home computers B some conceptual and theoretical issues". In M. S. Roberts., L. Wortzel (orgs.), *Marketing to the Changing Household*, Cambridge, MA, Ballinger Publishing, pp. 187-203.
- VERBA, S., BURNS, N., SCHLOZMAN, K. (2003), "Unequal at the starting line: creating participatory inequalities across generations and among groups". *The American Sociologist*, 34, pp. 45-69.
- VERBA, S., SCHLOZMAN, K. L., BRADY, H. E. (2012), *The Unheavenly Chorus: Unequal Political Voice and the Broken Promise of American Democracy*, Princeton, Princeton University Press.

- WEBER, L. et al. (2004), “Identificação de estilos parentais: o ponto de vista dos pais e dos filhos”. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(3), pp. 323-331.
- WILHELM, A. (2000), *Democracy in the Digital Age: Challenges to Political Life in Cyberspace*, Nova Iorque, Routledge.
- WILHELM, A. (2004), “A democracia dividida”. In J. Eisenberg, M. Cepik (orgs.), *Internet e Política. Teoria e Prática da Democracia Eletrônica*, Belo Horizonte, Humanitas, pp. 235-276.
- ZORZI, F.B. (2016), *Cidadania Desigual: Socialização Política Comparada em Escolas Públicas e Privadas de Porto Alegre/RS*. Dissertação de mestrado, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Recebido a 04-11-2019. Aceite para publicação a 12-02-2021.

MORAIS, J.A. de, BERNARDI, A.J.B. (2021), “Socialização política e as redes familiares e sociais: o papel da Internet na cultura política dos jovens no Sul do Brasil”. *Análise Social*, 239, LVI (2.º), pp. 364-386.

Jennifer Azambuja de Moraes » jennifer.amorais@gmail.com » Universidade Federal do Rio Grande do Sul » Av. Bento Gonçalves, 9500, São José — CEP 91501-970 Porto Alegre, RS, Brasil » <https://orcid.org/0000-0002-8670-9197>.

Ana Julia Bonzanini Bernardi » anajuliabernardi@hotmail.com » Universidade Federal do Rio Grande do Sul » Av. Bento Gonçalves, 9500, São José — CEP 91501-970 Porto Alegre, RS, Brasil » <https://orcid.org/0000-0001-7768-6264>.
